



Rotary Club do Entroncamento
Membro do Rotary Internacional – Distrito 1960 - Portugal
Clube n.º 11974 - R.I.
Rua Infante Sagres, N.º 33, R/C Esq
Apartado 55
2340 – 909 ENTRONCAMENTO



REGULAMENTO INTERNO

DO

ROTARY CLUB DO ENTRONCAMENTO



INDICE

Preâmbulo.....	1
Artigo 1.....	1
DEFINIÇÕES.....	1
Artigo 2.....	1
DIREITOS DOS SÓCIOS	1
Artigo 3.....	2
DEVERES DOS SÓCIOS	2
Artigo 4.....	3
ORGANIZAÇÃO DO CLUBE	3
Artigo 5.....	3
ASSEMBLEIA GERAL	3
ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO	3
Secção 1.....	3
Secção 2	3
Secção 3.....	3
Secção 4.....	4
Artigo 6.....	4
CONSELHO DIRECTOR.....	4
ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO	4
Secção 1	4
Secção 2	4
Artigo 7.....	4
ELEIÇÃO DE DIRECTORES E DIRIGENTES	4
Secção 1	4
Secção 2	5
Secção 3	5
Secção 4	5
Secção 5	5
Secção 6	5
Secção 7	6
Secção 8	6
Secção 9	6
Secção 10	6
Artigo 8.....	6
CONSELHO DIRECTOR.....	6
ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES	6
Secção 1 - Presidente	6
Secção 2 – Presidente Eleito	7
Secção 3 – Vice – Presidente	7
Secção 4 - Secretário	7
Secção 5 - Tesoureiro	7
Secção 6 – Director de Protocolo	8
Artigo 9.....	8
CONSELHO FISCAL.....	8
Secção 1	8
Secção 2	8



Secção 3	8
Secção 4	8
Artigo 10.....	9
REUNIÕES	9
Secção 1 – Assembleia Geral	9
Secção 2 - Reuniões ordinárias	9
Secção 3 - Quórum	11
Artigo 11.....	11
JÓIA DE ADMISSÃO E QUOTAS	11
Secção 1	11
Secção 2	11
Artigo 12.....	11
MÉTODO DE VOTAÇÃO.....	11
Artigo 13.....	12
CINCO AVENIDAS DE SERVIÇOS	12
Artigo 14.....	12
COMISSÕES.....	12
Artigo 15.....	13
ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES.....	13
Artigo 16.....	14
LICENÇA DE DISPENSA.....	14
Secção 1	14
Secção 2	14
Artigo 17.....	14
FINANÇAS.....	14
Secção 1	14
Secção 2	14
Secção 3	14
Secção 4	15
Secção 5	15
Artigo 18.....	15
ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS	15
Secção 1	15
Secção 2	15
Secção 3	15
Secção 4	16
Secção 5	16
Artigo 19.....	16
RESOLUÇÕES	16
Artigo 20.....	16
EMENDAS	16
Artigo 21.....	17
PRODUÇÃO DE EFEITOS.....	17



Preâmbulo

O princípio que deve regular o desempenho pelos sócios do Clube dos cargos previstos nos estatutos e neste regulamento é o da rotatividade, em observância do espírito do nome e do símbolo do movimento Rotário.

Artigo 1

Definições

1. **Conselho:** O Conselho Director deste Clube.
2. **Director:** Qualquer membro do conselho director deste clube.
3. **Sócio:** Qualquer sócio deste Clube, excepto os Honorários.
4. **RI:** Rotary Internacional.
5. **Ano rotário:** O período de 12 meses que se inicia em 1 de Julho.

Artigo 2

Direitos dos Sócios

1. Participar activamente em todas as Actividades rotárias do Clube, do Distrito e de Rotary Internacional;
2. De ser recebido e tratado com amizade pelos companheiros, homens e mulheres de negócios no mundo inteiro;
3. Propor, organizar e desenvolver programas de prestação de serviço em ambientes saudáveis de companheirismo.
4. Participar nos Órgãos do Clube de uma forma activa.
5. Eleger e ser eleito para os Órgãos do Clube, nos termos do presente regulamento;
6. Propor novos sócios para o Clube;
7. Receber informações que se destinem a dar conhecimento do desenvolvimento das Actividades do Clube e de Rotary;
8. Ser tratado com respeito e correcção por qualquer companheiro na sua pessoa, ideias e bens;
9. Utilizar as instalações do Clube para os fins a que se destinam;
10. Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento do Clube;



11. Ser ouvido em todos os assuntos que digam respeito ao Clube;

Artigo 3

Deveres dos Sócios

1. Fomentar o Ideal de Rotary tanto nas suas acções como difundindo a sua mensagem;
2. Servir, obrigação moral de todo o cidadão, de modo conveniente, eficaz e eficiente;
3. Ser assíduo, pontual e responsável no cumprimento dos horários e das tarefas que lhe são atribuídas assim como às Actividades rotárias do Clube e aos Eventos Regionais, Distritais e Internacionais;
4. Manter em dia os compromissos com o Clube;
5. Participar activamente nas Actividades do Clube enriquecendo o plano de Actividades do Clube;
6. Conhecer o Regulamento Interno do Clube;
7. Presidir ao Conselho Director do Clube nos termos do presente Regulamento;
8. Respeitar todos os companheiros pautando-se por uma atitude pluralista e aberta no domínio das ideias e convicções;
9. Ser afável no trato e correcto nas relações com os outros companheiros;
10. Contribuir para a unidade e boa imagem do Rotary;
11. Agir solidariamente em defesa dos interesses do Clube;
12. Cumprir os Estatutos, o presente Regulamento Interno e as deliberações dos respectivos Órgãos;
13. Pagar pontualmente as quotas, tendo em atenção que, sendo o pagamento dos encargos do clube para com o RI e o Distrito feito adiantadamente e, respectivamente, por semestre e por trimestre, o seu não pagamento se traduz num encargo suplementar por parte dos restantes sócios;
14. Defender e promover o bom-nome de Rotary, contribuir para o seu prestígio e abster-se de qualquer acto lesivo do património ou imagem do mesmo;
15. Aceitar e exercer os cargos para que sejam eleitos nos termos do presente Regimento;
16. Solicitar as diligências necessárias em processos que no seu entender não estejam suficientemente instruídos;
17. Participar e votar as decisões do Clube;



18. Propor alterações ao presente Regulamento;
19. Exercer de pleno direito todas as suas competências;
20. Deliberar sobre os casos omissos ao presente Regimento;
21. Manter sigilo sobre todas as matérias reservadas;
22. Usar de lealdade para com os companheiros respeitando-os nas suas pessoas, ideias, bens e funções;
23. Atender e informar correctamente todos os companheiros sobre assuntos de Rotary;
24. Participar na resolução, com bom senso, tolerância e compreensão, em todos os problemas que surjam no clube.

Artigo 4

Organização do Clube

São órgãos do Clube, a Assembleia Geral, o Conselho Director e o Conselho Fiscal, sendo as suas atribuições e composição adiante indicadas.

Artigo 5

Assembleia Geral

Atribuições e Composição

Secção 1

Compete à Assembleia Geral a eleição do Conselho Director e a resolução dos assuntos para os quais o Conselho Director julgue conveniente a aprovação deste órgão e é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Secção 2

A Mesa da Assembleia Geral é formada pelos três últimos *past*-Presidentes membros de pleno direito do Clube, sendo o mais recente o Presidente e o mais antigo o Secretário.

Secção 3

Ao Presidente ou na sua falta ou impedimento ao Vice – Presidente, compete a convocação das Assembleias gerais e a orientação, direcção e disciplina dos respectivos trabalhos.



Secção 4

Cumpra ao Presidente da Assembleia Geral, conferir posse aos membros dos Corpos gerentes eleitos nos termos deste Regimento Interno, na primeira reunião do Clube em cada ano rotário.

Artigo 6

Conselho Director

Atribuições e Composição

Secção 1

O Clube é dirigido por um Conselho Director, com mandato de um ano, que tem responsabilidade e autoridade para Administrar o Clube, implementando um Plano de Actividades proposto e aprovado pela Assembleia do Clube

Secção 2

1. O Conselho Director será constituído pelo Presidente, o Vice-presidente, o Presidente eleito (ou presidente indicado, caso um sucessor não tenha ainda sido eleito), um Secretário, um Tesoureiro e um Director de Protocolo.
2. Sem prejuízo do estipulado no artigo anterior a constituição do Conselho Director é definida pelo Presidente eleito e aprovada pela Assembleia do Clube.

Artigo 7

Eleição de Directores e Dirigentes

Secção 1

1. Realizar-se-á anualmente na primeira reunião do mês de Novembro, uma Assembleia geral especificamente destinada à eleição do Conselho Director; Na reunião ordinária do Clube realizada um mês antes, o Presidente da Assembleia Geral convocará a referida Assembleia, fixando a hora do seu início;
2. Nessa reunião o Presidente da Assembleia solicitará aos sócios do clube que indiquem candidatos para Presidente, Secretário e Tesoureiro. As indicações podem ser apresentadas por uma Comissão de indicação ou pelos sócios presentes ou por ambos, conforme o Clube determinar. Se uma comissão de indicação for criada, esta será nomeada na forma que o Clube estabelecer. As indicações devidamente apresentadas, relativas a cada um dos cargos, serão colocadas numa lista, em ordem alfabética a submeter à votação na assembleia anual.



Secção 2

À hora e data designadas, a Assembleia geral reunirá com pelo menos dois terços dos sócios. Não havendo este “quórum” a reunião iniciar-se-á meia hora depois com qualquer número de sócios, para se proceder à eleição.

Secção 3

A eleição efectuar-se-á por escrutínio secreto. Para o efeito, o Secretário distribuirá por cada um dos sócios presentes, um boletim de voto onde constem, por ordem alfabética, os nomes de todos os sócios do clube elegíveis para os seguintes cargos:

- Presidente
- Secretário
- Tesoureiro

Secção 4

1. A elegibilidade dos sócios tem apenas como limites, os Estatutos e o Regimento Interno de Rotary Internacional, que nomeadamente impedem a renovação ou repetição de certo tipo de mandatos, competindo ao Secretário do Clube averiguar da referida elegibilidade e mencionar nos boletins de voto quais os cargos para os quais cada um dos sócios é ou não elegível.
2. Não havendo sócios nas condições referidas no número anterior, pode a votação recair sobre qualquer sócio representativo do Clube.

Secção 5

1. Após a votação, será feita a contagem dos votos e serão declarados eleitos, os candidatos a Presidente, Secretário e Tesoureiro que receberem a maioria de votos.
2. Verificando-se igualdade de votos, o desempate será feito entre os sócios empatados, por meio de novo escrutínio realizado seguidamente para esse efeito.

Secção 6

1. O candidato a Presidente eleito nessa votação será conhecido como **Presidente Indicado** e desempenhará as funções de Vice-Presidente durante o ano que começa no primeiro dia de Julho subsequente ao da sua eleição, e tomará posse como Presidente no dia 1º de Julho imediatamente seguinte.
2. O Presidente Indicado passará a ser conhecido como **Presidente Eleito** a partir do dia 1 de Julho do ano anterior ao do início de seu mandato como Presidente.



Secção 7

1. Os dirigentes e directores, eleitos de acordo com as disposições anteriores, constituirão, juntamente com o mais recente *Past-Presidente*, o Conselho Director.
2. Uma semana após a sua eleição, os directores eleitos elegerão, em reunião ordinária, um dos sócios do Clube para ocupar o cargo de Director de Protocolo.

Secção 8

Qualquer vacatura verificada no Conselho, ou em qualquer outro cargo, será preenchida por meio de deliberação dos demais directores.

Secção 9

Qualquer vacatura verificada na posição de dirigente eleito ou de director eleito será preenchida por meio de deliberação dos directores eleitos.

Secção 10

1. Os sócios que comprovadamente não possam estar presentes na Assembleia Geral destinada às eleições e que queiram votar poderão fazê-lo mediante entrega ao Presidente da Assembleia Geral, do seu boletim de voto, encerrado em sobrescrito fechado, até à data da eleição.
2. No momento da votação o Presidente da Assembleia Geral abrirá os sobrescritos e depositará os boletins de voto que tiver recebido nessas condições, indicando a identificação dos sócios votantes.

Artigo 8

Conselho Director

Atribuições dos dirigentes

Secção 1 - Presidente

Será dever do Presidente presidir às reuniões do Clube e do Conselho Director e desempenhar as demais obrigações ordinariamente atribuídas ao seu cargo, designadamente:

- Representar o Clube ou delegar essa representação, em reuniões, contactos ou relações com outros Clubes rotários;
- Coordenar as actividades do Clube, especialmente no que se refere às Avenidas de Serviços;
- Solicitar ao Presidente da Assembleia Geral a realização de eleições;
- Incentivar e promover o alargamento e a melhoria dos serviços do Clube;
- Nomear, depois da aprovação do Conselho Director, as diversas Comissões de serviços.



Secção 2 – Presidente Eleito

Será dever do Presidente Eleito desempenhar o cargo de Vice-Presidente do Clube no ano anterior ao do seu mandato, e desempenhar outras obrigações que lhe possam ser atribuídas pelo Presidente ou Conselho.

Secção 3 – Vice – Presidente

Será dever do Vice-Presidente presidir as reuniões do Clube e do Conselho na ausência do Presidente e desempenhar as outras obrigações ordinariamente atribuídas ao seu cargo.

Secção 4 - Secretário

Será dever do Secretário, as seguintes:

- Manter actualizada a lista de sócios;
- Registrar as comparências e as ausências às reuniões;
- Expedir avisos das reuniões de Clube, do Conselho Director e das Comissões;
- Lavrar e arquivar as actas de todas as reuniões;
- Elaborar os boletins de votos e o registo das votações para as eleições dos dirigentes;
- Enviar os necessários relatórios ao RI, inclusive o relatório semestral de sócios referidos a 1 de Janeiro e 1 de Julho de cada ano; Incluir no relatório as quotas *per capita* referentes a todos os sócios bem como aos sócios representativos eleitos para o quadro social do clube desde o princípio do semestre iniciado em Julho ou Janeiro, o relatório das alterações ocorridas no quadro social, o relatório mensal de frequência do Clube ao Governador de Distrito dentro de 15 dias da data de realização da última reunião mensal;
- Cobrar e remeter ao RI o dinheiro arrecadado relativo às assinaturas da revista oficial do RI; e desempenhar as demais funções ordinariamente atribuídas a seu cargo.
- Fazer-se substituir previamente nas reuniões do Conselho Director e do Clube pelo seu substituto, em caso de impossibilidade de comparecer, indicando ao substituto as obrigações sumárias que lhe competem para cada uma dessas reuniões.

Secção 5 - Tesoureiro

1. Será dever do Tesoureiro, ter sob sua custódia todos os fundos do Clube, de que prestará anualmente contas ao Clube e em qualquer outra ocasião em que assim o exigir o Conselho Director, e que desempenhará as demais obrigações ordinariamente atribuídas ao cargo;
2. Na data de cessação de mandato, entregará a seu sucessor ou ao Presidente todos os fundos, livros de contabilidade ou quaisquer outros bens do Clube que estiverem em seu poder.
3. O Tesoureiro deverá elaborar um orçamento de receitas e despesas que submeterá à aprovação do Conselho Director.



Secção 6 – Director de Protocolo

Será dever do Director de Protocolo exercer as obrigações geralmente atribuídas ao seu cargo, durante as reuniões, bem como outras obrigações que possam ser estabelecidas pelo Presidente ou Conselho e especificamente:

- Providenciar para que o Clube possua as bandeiras Nacional, de Rotary e da localidade, bem como os galhardetes e outros símbolos rotários;
- Encarregar-se da recepção, acompanhamento e instalação de visitantes, convidados e sócios do Clube, encarregando-se de fazer a sua apresentação;
- Informar o Presidente da presença ou vinda de determinados visitantes às reuniões ordinárias ou festivas do Clube;
- Recolher durante as reuniões os nomes das pessoas participantes que desejam fazer qualquer intervenção especial e disso informar antecipadamente o Presidente.

Artigo 9

Conselho Fiscal

Secção 1

O Conselho Fiscal é composto de um Presidente, um Vogal e um Relator.

Secção 2

São membros do Conselho Fiscal, os três últimos Tesoureiros, membros de pleno direito do Clube, sendo o mais antigo o Presidente e o mais novo o Relator.

Secção 3

O Conselho Fiscal terá as reuniões que foram necessárias, sendo as mesmas convocadas pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou por solicitação do conselho Director.

Secção 4

Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar as contas do Conselho Director, fiscalizando a execução dos respectivos orçamentos;
- Elaborar anualmente pareceres sobre o orçamento e contas do Conselho Director, para elucidação do Clube;
- Emitir parecer sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho Director;
- Solicitar a convocação de uma Assembleia Geral, quando a actividade ou situação financeira do Clube o justifique.



Artigo 10

Reuniões

Secção 1 – Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral pode ser Ordinária e Extraordinária
2. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á duas vezes por ano, nas datas as seguir indicadas com a seguinte finalidade:
 - Na primeira semana do mês de Novembro de cada ano, para eleição dos dirigentes e directores para o ano seguinte;
 - Na primeira reunião do Clube do ano rotário para conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos nos termos deste Regulamento Interno e apreciação e aprovação do Relatório e Contas relativo ao ano anterior e aprovação do Programa e Orçamento do ano seguinte;
3. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á quantas vezes forem necessárias para o bom funcionamento do Clube, sendo convocadas por iniciativa da Mesa da Assembleia Geral, a pedido do Conselho Director ou a requerimento de pelo menos um terço dos sócios do clube.
4. As Assembleias, com excepção da prevista no artigo 7.º, serão convocadas com, pelo menos, **15 dias** de antecedência, indicando o local da realização, a hora e a ordem de trabalhos

Secção 2 - Reuniões ordinárias

1. As reuniões semanais ordinárias deste Clube serão realizadas ordinariamente nas Quartas-feiras, às 21 horas e 30 minutos, sendo a **terceira de cada mês** de Jantar e pelas 20H30 e as restantes de café.
2. As reuniões semanais do Clube deverão terminar até às 23 horas.
3. Os sócios do Clube deverão ser devidamente notificados de quaisquer alterações ou cancelamento da reunião ordinária.
4. As reuniões serão organizadas cumprindo as normas do protocolo, dividindo-se, regra geral, nas seguintes partes:
 - a) Abertura da reunião, pelo Presidente;
 - b) Momento do Protocolo;
 - I. Saudação às bandeiras;
 - II. Apresentação de convidados
 - III Apresentação Rotária;
 - c) Momento da Secretaria



- I. Expediente;
 - II. Avisos;
 - III. Informação Rotária
- d) Momento de actualidades e comunicações;**
- I. Relatórios das Comissões.
 - II. Informação Rotária;
 - III. Assuntos pendentes ou novo
- e) Palestra ou outra programação;**
- I. Debate sobre o tema;
- f) Momento do Presidente;**
- g) Encerramento da reunião.**
5. Todos os sócios (com excepção de sócios honorários ou qualquer sócio dispensado pelo Conselho Director deste Clube nos termos dos estatutos prescritos para o clube) que no dia da reunião ordinária estejam de pleno gozo dos seus direitos neste Clube, devem ser contabilizados como estando presentes ou ausentes, devendo a sua comparência ser evidenciada pela presença do sócio na reunião, por um período não inferior a 60% da sua duração da reunião, quer neste Clube ou em qualquer outro Rotary Clube;
 6. As reuniões do Conselho Director serão realizadas, pelo menos, uma vez por mês. As reuniões extraordinárias do Conselho Director serão convocadas pelo Presidente, sempre que este julgar necessário, ou mediante solicitação de dois dos seus elementos, com a devida justificação.
 7. O Conselho Director do Clube poderá cancelar uma reunião ordinária nas seguintes circunstâncias:
 - Quando coincidir com um feriado;
 - Em virtude do falecimento de um sócio do Clube;
 - No caso de uma epidemia ou de calamidade que afecte a comunidade como um todo;
 - No caso de conflito armado na comunidade que coloque em perigo a vida dos sócios do clube
 8. O Conselho Director do Clube poderá cancelar até um máximo de quatro reuniões ordinárias por ano, por motivos além dos mencionados anteriormente, ficando estabelecido, entretanto, que o Clube não poderá deixar de se reunir por mais do que três reuniões ordinárias consecutivas.



Secção 3 - Quórum

1. Em reuniões da Assembleia, com excepção da prevista no artigo 7.º, bem como nas reuniões do Clube considera-se que existe Quórum quando o número de sócios presentes representam a maioria do quadro social, na primeira convocatória e com qualquer número de sócios presentes, na segunda convocatória.
2. Existe Quórum nas reuniões do Conselho Director quando constituído pela maioria dos membros do Conselho, desde que todos os membros tenham sido devidamente convocados pelo Presidente.
3. As deliberações sobre alterações de Estatuto e do Regimento Interno exigem o voto favorável de três quartos do número de sócios presentes.

Artigo 11

Jóia de admissão e quotas

Secção 1

1. A Jóia de Admissão ao Clube é estabelecida pelo Conselho Director e aprovada em Assembleia Geral e somente após o seu pagamento o candidato proposto estará qualificado para integrar o Quadro Social do Clube.

Secção 2

1. A quota mensal de cada sócio será de montante a fixar anualmente, pagável no início de cada mês, em quantitativo, transferência bancária ou outra forma de pagamento aceite.
2. O valor da quota será calculado tendo em consideração que o seu montante integrará os valores do “per-capita” para Rotary Internacional, do Fundo de Distrito, da Fundação Rotária Portuguesa, para a revista Portugal Rotário, o jantar mensal e outras despesas fixas, individuais ou colectivas, previstas para o ano rotário.

Artigo 12

Método de votação

1. Os assuntos deste Clube, que não sejam da competência do Conselho, serão resolvidos de mediante votação nominal, que obtenha a maioria dos votos dos sócios presentes à reunião onde foram discutidos, com excepção da eleição de dirigentes e directores, a qual será realizada por meio de voto secreto.
2. O Conselho poderá deliberar que determinados assuntos e decisões sejam sujeitos a votação mediante voto secreto e não de viva voz.



Artigo 13

Cinco Avenidas de Serviços

As cinco Avenidas de Serviços são a base filosófica e prática do trabalho deste Clube e compreendem as avenidas de Serviços Internos, Serviços Profissionais, Serviços à Comunidade, Serviços Internacionais e Serviços às Novas Gerações. O Clube desenvolve as suas acções prosseguindo os objectivos prescritos em cada uma das cinco avenidas.

Artigo 14

Comissões

1. Cabe aos Presidentes das comissões dedicar-se ao cumprimento das metas anuais e de longo prazo do clube com base nas Cinco Avenidas de Serviços.
2. O Presidente Eleito, o Presidente e o *Past-Presidente* imediato colaborarão entre si para garantir a continuidade da liderança do Clube e o planeamento da escolha dos sucessores.
3. Quando viável, os membros das comissões devem ser indicados para mandatos de três anos para assegurar a continuidade do trabalho.
4. O Presidente Eleito é responsável pelo preenchimento de vagas nas comissões, indicação dos Presidentes das Comissões e a realização de reuniões de planeamento antes da tomada de posse.
5. É recomendável que qualquer Presidente de comissão deverá ter experiência anterior como membro de comissão.
6. São constituídas as seguintes comissões permanentes:
 - a) Comissão de Administração do Clube

Implementa actividades relacionadas com o funcionamento eficaz do clube.
 - b) Comissão do Desenvolvimento do Quadro Social

Desenvolve e implementa plano abrangente para o recrutamento e retenção de sócios.
 - c) Comissão de Relações Públicas

Desenvolve e implementa planos para manter o público informado sobre o Rotary e promover actividades e projectos de prestação de serviços do Clube, e constitui o Delegado do Jornal "Portugal Rotário".
 - d) Comissão de Projectos de Prestação de Serviços



Desenvolve e implementa projectos educacionais, humanitários e relacionados ao sector profissional que atendam necessidades comunitárias locais e de comunidades de outros países.

e) Comissão das Fundações Rotárias) (Fundação Rotária e Fundação Rotária Portuguesa)

Desenvolve e implementa planos de apoio à Fundação Rotária e à Fundação Rotária Portuguesa, por meio de contribuições financeiras e participação em programas da entidade. Constitui o representante do Clube à Assembleia de Representantes da FRP.

Comissões *ad hoc* adicionais podem ser indicadas conforme seja necessário.

- 1) O presidente do Clube é membro *ex officio* de todas as comissões e, nessa qualidade, tem todos os privilégios correspondentes.
- 2) Cada comissão é responsável pelos assuntos que lhe são atribuídos no Regimento Interno e de outros assuntos adicionais que lhe possam ser delegados pelo Presidente ou Conselho. As Comissões não poderão praticar, excepto se autorizadas expressamente pelo Conselho Director, quaisquer actos que não tenham sido aprovados pelo referido Conselho, após análise de relatório previamente recebido.
- 3) O Presidente de cada uma das comissões responsabiliza-se pela regularidade das reuniões e pelas Actividades da Comissão, cujo trabalho supervisiona e coordena, encarregando-se de manter o Conselho informado sobre todas as Actividades.

Artigo 15

Atribuições das comissões

1. As atribuições de cada uma das comissões permanentes são estabelecidas e revistas pelo Presidente para o ano de seu mandato. Ao informar sobre as atribuições, o Presidente fará referência aos materiais apropriados disponibilizados pelo RI.
2. A Comissão de Projectos de Prestação de Serviços elaborará o seu planeamento para o ano rotário tendo em consideração os Serviços Profissionais, Serviços à Comunidade e Serviços Internacionais.
3. Cada comissão terá um mandato específico, metas claramente identificadas e Planos de Acção para o ano estabelecidos no início deste.
4. A principal responsabilidade do Presidente Eleito será providenciar a necessária liderança na preparação de recomendações às Comissões do Clube, bem como recomendações quanto a mandatos, metas e planos para apresentar ao Conselho antes do início do ano, conforme acima observado.



Artigo 16

Licença de dispensa

Secção 1

Mediante solicitação escrita ao Conselho Director, apresentando motivos suficientes e justificados, os sócios poderão ser dispensados de comparecer às reuniões do Clube por determinado período de tempo.

Secção 2

A dispensa concedida é apenas válida para efeitos de manutenção da qualidade de sócio, e não para creditar ao Clube a sua comparência em reunião de Clube, pelo que a sua ausência, deverá ser registada como tal nas reuniões efectuadas, sem prejuízo do sócio poder comparecer à reunião de outro Clube.

Artigo 17

Finanças

Secção 1

Antes do início de cada ano fiscal, o Conselho deverá elaborar um orçamento das receitas e despesas estimadas para o ano, estabelecendo o limite das despesas correspondentes aos fins especificados, a não ser que tal Conselho determine o contrário. O orçamento será dividido em duas partes: uma relativa às actividades de funcionamento do Clube e outra às actividades de prestação de serviços e de ajuda humanitária.

Secção 2

O Tesoureiro deverá depositar todos os fundos do clube no banco indicado pelo Conselho. Os fundos do Clube serão divididos em duas partes: actividades de funcionamento do Clube e projectos de prestação de serviços.

Secção 3

Todas as contas serão só e exclusivamente pagas por meio de cheque, assinado sempre por dois membros do Conselho Director, sendo um obrigatoriamente o Tesoureiro, e outro o Presidente ou o Secretário, em face dos documentos comprovantes, rubricados pelos mesmos directores.

Exceptuam-se as contas relativas a compras correntes e de pouca importância, em que se torne inviável o uso de cheques, salvaguardando-se todavia a necessidade das rubricas atrás referidas, feitas embora “à posteriori” pelos dirigentes indicados, nos documentos justificativos das despesas.



Secção 4

Todos os movimentos financeiros serão revisados, uma vez por ano, pelo Conselho Fiscal.

Secção 5

O Ano fiscal deste Clube compreende o período de 1 de Julho a 30 de Junho, e em caso de pagamento semestral de quotas dos sócios será dividido em dois semestres, de 1 de Julho a 31 de Dezembro, e de 1 de Janeiro a 30 de Junho. O pagamento da quota per capita e da assinatura da revista oficial do RI é efectuado no dia 1 de Julho e no dia 1 de Janeiro de cada ano, com base no número de sócios do Clube nas datas indicadas.

Artigo 18

Admissão de Novos sócios

Secção 1

1. A Admissão de Novos Sócios deverá ser sempre um momento de alegria para o Clube, pois é a admissão de um novo companheiro; no entanto, enquanto o processo não estiver terminado, é necessário e indispensável o sigilo, sob pena de colocar o Clube em má situação.
2. A proposta de Admissão de um novo sócio tem carácter **Confidencial**.

Secção 2

1. O sócio em perspectiva deve dedicar-se pessoal e activamente a uma actividade empresarial ou uma profissão e ter o seu local de trabalho ou a sua residência situada na área de influência do Clube.

Secção 3

1. O nome do sócio em perspectiva, proposto por sócio representativo do Clube (padrinho), deverá ser entregue, em impresso próprio, ao Conselho Director, através do Secretário, que o encaminhará à Comissão de Desenvolvimento do Quadro Social, a qual no prazo de 15 dias deverá assegurar-se de que a proposta obedece aos requisitos relativos a classificações e elegibilidade ao quadro social constantes dos Estatutos prescritos para o Clube.
2. Verificados os requisitos de Admissão e Classificação, a Comissão devolve ao Conselho Director a proposta com o seu parecer.
3. O Conselho Director deverá aprovar ou rejeitar a proposta no prazo de 30 dias após sua submissão notificando em seguida o proponente sobre sua decisão por intermédio do secretário do clube.
4. Caso o parecer seja favorável, o Presidente dará conhecimento a todos os sócios da proposta de novo sócio. Os sócios do Clube dispõem de 10 dias para comunicarem ao Presidente a sua concordância ou a sua objecção, fundamentada, à admissão do novo sócio.



5. Se, dentro de dez dias, após a divulgação de informações sobre o sócio em perspectiva, um ou mais sócios apresentarem ao Presidente uma objecção por escrito contra essa proposta, expondo as razões sobre as quais se baseia, o Presidente deverá averiguar profundamente sobre as razões para tal rejeição, para verificar se a objecção é ultrapassável ou não. Se, apesar das objecções, o Presidente considerar que o candidato proposto tem condições para ser Rotário, submeterá a proposta ao Conselho Director que a apreciará.
6. Se a decisão do Conselho Director for favorável, o candidato em perspectiva será informado, através do proponente (padrinho), sobre os propósitos do Rotary e os privilégios e responsabilidades dos sócios, após o que deverá assinar o formulário de pedido de Admissão ao Quadro Social e autorizar a divulgação, ao Clube, de seu nome e sua classificação e este será considerado sócio eleito mediante o pagamento da Jóia de Admissão.

Secção 4

1. Após a eleição, na forma descrita nos parágrafos acima, o Presidente deverá providenciar a Apresentação Oficial do Novo Sócio, do cartão de sócio e material impresso apropriado para Informação Rotária.
2. O Presidente ou o Secretário encaminhará ao RI, ao Distrito, à Fundação Rotária Portuguesa e ao "Portugal Rotário" os dados do sócio, sendo que o padrinho deverá ajudar o novo sócio a se integrar no Clube e o Presidente indicará um projecto ou evento do qual o novo sócio irá participar.

Secção 5

O clube pode eleger, em conformidade com os estatutos prescritos para o clube, os sócios honorários propostos pelo conselho.

Artigo 19

Resoluções

Nenhuma resolução ou moção que comprometa este Clube, em qualquer assunto, deverá ser considerada, antes que o Conselho tenha a oportunidade de analisá-la. Tais resoluções ou moções, se submetidas na reunião do Clube, serão encaminhadas, sem discussão, ao referido Conselho.

Artigo 20

Emendas

Este Regimento Interno pode ser alterado em qualquer Assembleia-geral, em que haja quórum, pelo voto de dois terços de todos os sócios presentes, desde que a notificação da alteração proposta tenha sido enviada pelo correio a todos os sócios, com pelo menos 10 dias de antecedência da referida reunião. Nenhuma alteração ou aditamento a este Regimento



interno poderá ser feito se não estiver em consonância com os Estatutos do Clube em vigor e com os Estatutos e o Regimento Interno do RI.

Artigo 21

Produção de efeitos

O Regimento produz efeitos no dia seguinte ao da sua aprovação devendo ser facultada uma cópia a cada um dos seus membros.

oooooooo

(Este Regulamento Interno foi aprovado em reunião da Assembleia Geral convocada para o efeito, de 29 de Setembro de 2010)